



PCMG indicia suspeito de feminicídio em Ubá

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) concluiu o inquérito policial sobre o feminicídio de uma jovem de 19 anos, ocorrido em 7 de setembro, em Ubá, na Zona da Mata. O investigado, de 29 anos, foi indiciado pelos crimes de feminicídio, tentativa de estupro e posse e distribuição de material de pornografia infantil.

O crime e as investigações

O corpo da vítima foi encontrado em um beco no bairro Industrial, em 8 de setembro de 2025. Durante as diligências, a equipe de homicídios localizou manchas de sangue na residência do suspeito, que foi preso em flagrante no mesmo dia. Ele apresentava arranhões no rosto, supostamente causados pela vítima em tentativa de defesa, e confessou a autoria do crime.

A investigação reuniu provas como imagens de câmeras de segurança, laudos periciais, depoimentos de testemunhas e a análise de dados do celular do investigado. O material indicou ainda que, horas antes do feminicídio, o suspeito tentou abusar sexualmente de outra mulher, que conseguiu escapar com ajuda de populares.

Os levantamentos também revelaram que o investigado buscava encontros sexuais pagos, envolvendo práticas violentas, enquanto consumia vídeos de abuso sexual, incluindo pornografia infantil, que ele possuía e compartilhava.

Indiciamento e conclusão

Além do feminicídio e da tentativa de estupro, o homem foi indiciado com base nos artigos 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), referentes à posse e distribuição de pornografia infantil.

Segundo o delegado Giovane Rodrigues de Faria Dantas, "a investigação aprofundada foi essencial para revelar a totalidade dos crimes e a periculosidade do suspeito. O trabalho investigativo comprovou não apenas a autoria e materialidade do feminicídio, mas também um padrão de conduta marcado por fantasias criminosas previstas no ECA. O caso evidencia o empenho da Polícia Civil na apuração e responsabilização de autores, protegendo a sociedade, sobretudo os grupos mais vulneráveis".

O inquérito foi encaminhado à Justiça, e o investigado permanece preso à disposição do Poder Judiciário.